

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	5
-------------	---

I – ENQUADRAMENTO CIENTÍFICO E PEDAGÓGICO DO DIREITO PROCESSUAL PENAL DOS RECURSOS

1. OBJECTO E AUTONOMIA DA DISCIPLINA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL DOS RECURSOS: O DIREITO FUNDAMENTAL AO RECURSO EM MATÉRIA PENAL	13
2. METODOLOGIA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL DOS RECURSOS: CIÊNCIAS DA MENTE, DIREITO PENAL, DIREITO PROCESSUAL PENAL DA PRIMEIRA INSTÂNCIA, DOGMÁTICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS E ESTUDOS QUANTITATIVOS E DE JURISPRUDÊNCIA	25
3. PLANO DE CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL DOS RECURSOS	61
4. CONTEÚDOS DO PROGRAMA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL DOS RECURSOS	67
5. MÉTODO DE ENSINO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL DOS RECURSOS	109

II – DIREITO PROCESSUAL PENAL DOS RECURSOS

1. CONSTITUIÇÃO E DIREITO FUNDAMENTAL AO RECURSO EM PROCESSO PENAL	121
1.1. Fundamento, conceito e estrutura do recurso em matéria penal	121

1.2. O fundamento do direito ao recurso do arguido no âmbito das garantias constitucionais de defesa	124
1.3. O fundamento do poder funcional de recurso do Ministério Público	130
1.4. O fundamento do direito fundamental ao recurso do assistente e de outros sujeitos ou participantes processuais	132
2. A LEGITIMIDADE PARA RECORRER NUMA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL	135
2.1. Legitimidade e interesse em agir no recurso em matéria penal	135
2.2. Legitimidade para recorrer do Ministério Público	139
2.3. Legitimidade para recorrer do assistente e do ofendido	147
2.4. Legitimidade para recorrer do arguido e do suspeito	154
3. A RECORRIBILIDADE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO	157
3.1. Recorribilidade: princípio geral, excepções e recursos extraordinários	157
3.2. Recorribilidade e legalidade: analogia	172
3.3. Recorribilidade e legalidade: retroactividade	178
3.4. Direito fundamental ao recurso, duplo grau de jurisdição e primeiras condenações ou agravações em recurso	185
3.5. Direito fundamental ao recurso, dupla conforme e primeiras condenações ou absolvições em segunda instância	204
4. DIREITO FUNDAMENTAL AO RECURSO, DECISÃO DE RECURSO E PODERES DE COGNIÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E CASSAÇÃO DO TRIBUNAL <i>AD QUEM</i>	211
4.1. Direito fundamental ao recurso e decisão de recurso: objecto, âmbito e fundamentos do recurso	211
4.1.1. O direito fundamental ao recurso como parâmetro constitucional da decisão de recurso	211
4.1.2. O objecto do recurso	213
4.1.3. O âmbito do recurso	215
4.1.4. A proibição de <i>reformatio in peius</i>	220
4.1.5. Os poderes de facto e de Direito do tribunal de recurso	223
4.2. A conformidade constitucional dos poderes de cognição em matéria de facto dos tribunais de recurso	226
4.2.1. Enquadramento histórico-conceptual: questão-de-facto vs questão-de-Direito, recurso de revista alargada e recurso efectivo sobre matéria de facto	226

4.2.2. Recurso pleno em matéria de facto, modificação da matéria de facto e decisão de substituição: natureza, princípios da oralidade e da imediação e critério de valoração da prova	236
4.2.3. Renovação da prova, novos factos e meios probatórios e primeiras condenações em recurso	248
4.2.4. Decisão de cassação, reenvio e primeiras condenações em segunda instância	268
4.3. O recurso em matéria de Direito e os limites constitucionais à função de mero tribunal de revista do STJ	275
4.3.1. Recurso sobre matéria de Direito, erros processuais e recursos interlocutórios	275
4.3.2. Repensando o papel do STJ como tribunal de recurso em matéria penal	279
5. PARTICULARIDADES DO RECURSO DE CONSTITUCIONALIDADE PENAL	289
BIBLIOGRAFIA	293
Jurisprudência	334